



Simpósio de Integração Acadêmica

“Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



PL 2601/2023: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENFRENTAMENTO À REFORMA DO ENSINO MÉDIO

Autores: Thiago Soares Vitor (thiago.vitor@ufv.br); Ana Victória Dal-cin Santolin (ana.santolin@ufv.br). Orientadora: Joana D’arc Germano Hollerbach - (joana.germano@ufv.br).

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DPE) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV) - CAMPUS VIÇOSA
Grande área: Ciências Humanas e Sociais; Área temática: Educação; Modalidade: Pesquisa

Palavras-chave: Projeto de Lei, Novo Ensino Médio, Legislação Educacional.

Introdução

Neste trabalho, discutimos sobre os principais impactos causados na educação brasileira com a aprovação da Lei N° 13.415, de 2017, durante o Governo Temer. Essa lei alterou a LDB, instituindo a obrigatoriedade da Base Nacional Comum Curricular e alterando a estruturação da grade curricular do ensino médio no Brasil. Diante dos problemas educacionais ocasionados nos anos posteriores devido a essa lei, deputados contrários ao “Novo Ensino Médio” apresentaram ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n° 2.601/2023, que visa corrigir os erros ocasionados pela reforma.

Resultados e Discussão

Observamos que o PL contém uma série de mudanças e novas atribuições ao Ensino Médio do Brasil e vai contra a Lei n° 13.415/2017. O documento propõe a alteração do artigo 26 da Lei n° 9.394/1996. Pesquisadores e críticos da Lei n° 13.415/2017 (FERRETTI, 2018; HORN e MACHADO, 2018), evidenciam o esvaziamento de disciplinas que este modelo causa e a substituição por um modelo de ensino que busca a formação de mão de obra barata. Logo, podemos inferir que essa lógica permeia a educação brasileira há muito tempo e não é algo recente que aparece somente com a reforma do ensino médio. Frente a isso, o PL 2.601/23 busca enfrentar essa realidade e combater principalmente esse esvaziamento do currículo escolar do ensino médio no Brasil.

Objetivos

Os objetivos deste trabalho são:

- Analisar o referido projeto de lei;
- Discutir sobre as principais alterações na legislação que ele propõe e seus possíveis impactos na educação brasileira.

Conclusões

Concluimos que a nova proposta é muito interessante e sem dúvidas melhor do que a anterior, referente à reforma. Porém, não exclui os itinerários formativos. O impacto maior desse Projeto de Lei é tornar obrigatório, novamente, componentes curriculares que o Novo Ensino Médio ignorou. Para além da formação plena dos estudantes, isso também impacta diretamente na vida dos profissionais dessas áreas, que antes tinham seus empregos ameaçados e muitas vezes precisavam dar aulas sobre conteúdos que não estavam presentes em sua formação.

Material e Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica e documental. Buscamos no site do Congresso Nacional o texto do projeto de lei e na análise confrontamos com o que a literatura nos revela sobre o assunto. Para análise dos dados nos apoiamos na proposta de análise de conteúdo.

Bibliografia

BRASIL. Lei n° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 35, 17 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Câmara dos deputados. Projeto de Lei N° 2.601 de 2023. Altera a Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Câmara dos deputados, 2023.

FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 32, n. 93, 2018.

HORN, Geraldo Balduino; MACHADO, Alexsander. A reforma do Ensino Médio no discurso neoliberal da liberdade e da qualidade da educação. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 12, nov. 2018.

Apoio financeiro

